



**Concurso Público para provimento de cargos de
Técnico Operacional de Saúde Nível II - TOS
Nível II (Grau A)
Técnico de Contabilidade**

Nome do Candidato

Caderno de Prova '49', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

P R O V A**Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Dissertativa****INSTRUÇÕES**

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 40 questões, numeradas de 1 a 40.
 - contém a proposta e espaços para rascunho e transcrição definitiva das três questões dissertativas.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Dissertativa e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Em hipótese alguma os rascunhos das questões da Prova Dissertativa serão corrigidos.
- A duração da prova é de 5 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e responder a Prova Dissertativa (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS**

1. Na Gestão Pública, diferentemente da Gestão em Empresas Privadas, o gestor deve
 - (A) obedecer rigorosamente a legislação existente quanto aos recursos financeiros previstos anualmente.
 - (B) realizar gastos, independentemente do previsto no planejamento orçamentário, com a justificativa do atendimento à demanda.
 - (C) realizar gastos planejando incluí-los em orçamentos futuros, alegando necessidade premente.
 - (D) contratar empresa de consultoria para auxiliá-lo na gestão, mesmo sem previsão, com a justificativa de implantar redução de custos.
 - (E) oferecer os serviços de sua Instituição Pública a terceiros, cobrando pequeno adicional não previsto, com o objetivo de manter o equilíbrio institucional.

2. A consolidação da democracia no Brasil estabeleceu um novo paradigma, que foi a participação do cidadão na Gestão Pública como seu cliente. A efetivação desta participação depende
 - (A) de mecanismos para atender às necessidades das corporações.
 - (B) de mecanismos para modificar o princípio da Universalização dos serviços públicos, priorizando o atendimento para clientes que proporcionam maior rentabilidade aos serviços.
 - (C) da observação ao Código do Consumidor, considerando os princípios gerais da administração pública: impessoalidade, equidade e universalidade, quando a ela for conveniente.
 - (D) do aprofundamento nos processos de privatizações do setor público, criando situações para melhor aproveitamento das verbas públicas.
 - (E) da criação de ações que efetivem o dever de atender com qualidade todos os cidadãos, independentemente de sua condição social e financeira, criando um canal de comunicação instituição/cliente como, por exemplo, "o papel dos ouvidores" nas instituições.

3. No desempenho de suas atribuições, o servidor público deve seguir a legislação existente no que diz respeito às suas obrigações e à sua conduta. Assim, o servidor público deve
 - (A) se dirigir ao público demonstrando sua autoridade como servidor público.
 - (B) ouvir as necessidades do público ao atendê-lo, procurando sanar a questão do motivo da busca ao serviço.
 - (C) ter um estilo próprio, podendo trajar qualquer tipo de vestimenta para se dirigir ao trabalho.
 - (D) discutir com o cidadão se houver necessidade, usando de entonação alta e incisiva.
 - (E) agir de maneira autônoma, no desempenho de suas funções seguindo normas ou condutas próprias.

4. Uma organização pública, que pretende incorporar uma orientação empreendedora em seu planejamento estratégico, deve priorizar
 - (A) a vinculação entre remuneração individual e produtividade pessoal.
 - (B) o desenvolvimento de ações de controle centralizado nos processos administrativos.
 - (C) o uso da qualificação formal para obter uma avaliação mais subjetiva do desempenho.
 - (D) o alinhamento das expectativas de desempenho individual com os objetivos da organização.
 - (E) a ligação das expectativas de desempenho com objetivos individuais.

5. A padronização de materiais em uma organização é uma forma de normatização e constitui um conjunto de métodos e de condições a serem alcançadas. Um dos objetivos da padronização é
 - (A) permitir a aquisição de pequenos lotes de materiais com preço fixo, independentemente da quantidade comprada.
 - (B) adquirir materiais de diversos fornecedores e com níveis de qualidade variáveis.
 - (C) proporcionar o aumento do número de concorrências e de fornecedores.
 - (D) permitir o aumento do custo de estocagem, possibilitando maior variabilidade no arranjo físico do almoxarifado.
 - (E) diminuir a variedade de materiais de mesma classe, racionalizando o número de itens no estoque.



6. Um ambiente de trabalho organizado permite obter produtividade e criatividade, diminuindo o desperdício. Diante desta afirmação, é correto afirmar que
- (A) cada pessoa tem uma forma de trabalhar: uns são organizados outros não; isso não é o fundamental, e sim o resultado final.
 - (B) móveis padronizados em toda a organização são sinônimos de organização, para uma melhor produtividade.
 - (C) todos os materiais de uso comum em seus lugares e os procedimentos devem ser registrados em manuais ou POPs (procedimentos operacionais padrões) e devidamente controlados.
 - (D) nem todos os materiais de uso comum no trabalho devem ser controlados.
 - (E) não existe nenhum estudo que indique organização do trabalho relacionado com o aumento da produtividade.
-
7. A excelência na Gestão Pública pode ser demonstrada como aquela
- (A) com as principais características de uma administração pública com alto desempenho que visa a melhoria da qualidade dos serviços públicos, é focada em resultados, orientada para o cidadão e envolve liderança, estratégias e planos.
 - (B) em que as organizações governamentais agem como instituições privadas para tentar avaliar as necessidades dos cidadãos com vistas a ampliar o retorno econômico-financeiro.
 - (C) que cria estruturas eficientes, mesmo que, em algumas situações, ignore os valores democráticos.
 - (D) em que a gestão é adaptada da administração privada para o setor público, independentemente do direito do cidadão.
 - (E) com características de uma gestão pública que tem como meta a melhoria da qualidade, sem, no entanto, estar preocupada com as questões que avaliem resultado.
-
8. O Estado de Minas Gerais, por meio do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI 2011-2030), fez uma opção pelo compromisso com o desenvolvimento, ancorado no binômio ajuste fiscal e melhorias inovadoras na gestão pública. Nesse plano,
- (A) não houve necessidade de choque de gestão, pois as contas estão equilibradas.
 - (B) o modelo implantado do PMDI 2007-2023 não precisou de revisão e o novo PMDI atual é uma simples cópia daquele modelo, que foi um sucesso.
 - (C) a gestão pública é parâmetro importante para ações de Governo, sendo que o pilar Gestão para Cidadania envolve as 4 (quatro) Redes de Desenvolvimento Integrado.
 - (D) existe a necessidade de um bom planejamento, visão estratégica e seletividade para promover mudanças na sociedade e no governo e propiciar o cumprimento do PMDI 2011-2030.
 - (E) o planejamento até 2030 será impossível de ser realizado, dado que o PMDI ainda não foi aprovado em plebiscito pela população.
-
9. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) é o principal instrumento regulador das contas públicas do País. Em virtude disso, as organizações públicas apresentam limitações que não são encontradas nas organizações privadas comerciais e industriais. Nesse sentido, é correto afirmar que
- (A) a lei não prevê gastos com pessoal, pois são ilimitados.
 - (B) é permitido, no último ano de mandato, o aumento das despesas estabelecidas nos planejamentos orçamentários com contratação de pessoal.
 - (C) aqueles que descumprirem as regras da LRF serão punidos pelo Código Penal e pelas sanções previstas em lei.
 - (D) os objetivos econômicos e financeiros na gestão pública estão previstos no planejamento orçamentário anual, não havendo dessa forma nenhuma possibilidade de alteração no orçamento previsto.
 - (E) a LRF sempre existiu e não trouxe nenhuma mudança institucional ou cultural no trato com o dinheiro público.
-
10. Dentre as diversas atividades de uma organização, uma ação que usa recursos e é gerenciada de forma a possibilitar a transformação de entradas de materiais até a sua saída pode ser considerada
- (A) atividade de obtenção de insumos de entrada.
 - (B) mecanismo de processo.
 - (C) atividade de obtenção de produto final.
 - (D) parâmetro de controle.
 - (E) mecanismo de auditoria de qualidade.



11. A existência de dotação própria de órgão ou repartição, da gestão pública, que apresente agrupamento de serviços, por definição legal específica a existência de
- (A) um centro de responsabilidade.
 - (B) uma unidade administrativa.
 - (C) uma unidade orçamentária.
 - (D) uma rubrica orçamentária.
 - (E) uma operação especial.
-
12. De acordo com a Constituição Federal brasileira, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) trata das questões relativas a
- (A) despesas de capital, desde que mantidas em limites abaixo ou inferiores às despesas de custeio.
 - (B) existência dos limites para a concessão de créditos adicionais.
 - (C) política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento das políticas públicas de saúde e educação.
 - (D) alterações na legislação tributária a serem observadas após a aprovação da Lei Orçamentária do ano subsequente.
 - (E) existência de metas e das prioridades da administração pública federal.
-
13. Um estudo epidemiológico com pacientes de tuberculose
- (A) pode concluir quanto custará o tratamento para uma determinada doença.
 - (B) não permite determinar a frequência dessa infecção.
 - (C) não pode descrever as consequências (sequelas) dessa doença.
 - (D) deve englobar pacientes de tuberculose, mas não indivíduos sadios.
 - (E) não permite descobrir quais os fatores de risco para essa infecção.
-
14. *O Planejamento e Controle das atividades e programas do setor público se diferenciam do setor privado.*
- Esta afirmação
- (A) não é correta porque os princípios de administração e controle são gerais e universais, e se aplicam a qualquer atividade sem necessidade de criar mecanismos específicos.
 - (B) é correta porque o setor público não busca o resultado econômico e, portanto, os conceitos e princípios gerais não se aplicam à redução de gastos.
 - (C) é correta porque as regras de administração de recursos públicos e seus orçamentos têm critérios específicos de planejamento orçamentário e empenho de verbas que são exclusivos e adequados à Administração Pública.
 - (D) é correta porque os programas de governo mudam a cada eleição e, portanto, tudo tem que ser replanejado.
 - (E) é correta porque as formas de contratação de pessoal e de serviços são diferentes e, por isso, o planejamento é diferente.
-
15. Em 2007, o Ministério da Saúde publicou a “Carta dos direitos dos usuários da saúde” para que a população conhecesse seus direitos. O primeiro princípio da referida carta assegura aos cidadãos (usuários) o acesso ordenado e organizado aos sistemas de saúde promovidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), visando a um atendimento mais justo e eficaz. O direito às ações e serviços promovidos pelo SUS prevê
- (A) situações de urgência ou emergência, para as quais o atendimento só será feito em serviços de saúde perto do local de moradia do usuário.
 - (B) o atendimento em serviços públicos, mas não em serviços privados.
 - (C) o acesso aos serviços de saúde, prioritariamente, pelos serviços da Atenção Terciária, como os grandes hospitais, independentemente se está próximo ao local de moradia do usuário.
 - (D) a promoção, proteção e recuperação da saúde.
 - (E) casos de risco de vida ou lesão grave, desde que o usuário providencie a sua remoção para um estabelecimento de saúde com capacidade para recebê-lo.



16. Um usuário do Sistema Único de Saúde (SUS) chega à uma unidade de atendimento com uma reclamação sobre um medicamento que tomou. Ele argumenta que o remédio não faz mais efeito como antes e está desconfiado de que houve fraude na produção. Nesta situação, este usuário
- (A) não poderá fazer nada para esclarecer sua dúvida, caso o medicamento tenha o selo da indústria farmacêutica produtora com alvará válido para o ano de aquisição do produto.
 - (B) terá que consultar um médico do SUS para confirmar o menor efeito do medicamento e, então, o médico poderá entrar em contato com a Vigilância Sanitária.
 - (C) poderá entrar em contato com a Vigilância Sanitária de seu Município para que se inicie um procedimento de investigação sobre o medicamento.
 - (D) terá que retornar ao farmacêutico que vendeu o medicamento, como única forma de encaminhar sua reclamação à Vigilância Sanitária do Município.
 - (E) deverá verificar o local (Município e Estado) da indústria produtora, pois a Vigilância Sanitária desse local é a única que poderá iniciar uma investigação sobre o medicamento.
-
17. Infecção hospitalar é aquela adquirida após a admissão do paciente na Unidade Hospitalar e que se manifesta durante a internação, ou após a alta, quando puder ser relacionada com a internação ou procedimentos hospitalares. Sobre esse tema, é correto afirmar que
- (A) a Vigilância Sanitária pode verificar se todos os setores do hospital dispõem de lavatórios com água corrente, sabão e ou antisséptico, além de papel toalha, para a lavagem das mãos dos profissionais.
 - (B) o hospital não precisa ter um Programa de Controle de Infecção Hospitalar com médicos ou enfermeiros.
 - (C) apenas as unidades hospitalares de alto risco estão sujeitas às inspeções sanitárias para a avaliação da qualidade das ações de Controle de Infecção Hospitalar.
 - (D) a avaliação deve ser feita somente pelas autoridades sanitárias; e as auditorias internas não servem para verificar o cumprimento da legislação específica que trata do Controle de Infecção Hospitalar.
 - (E) a Vigilância Sanitária deve realizar, periodicamente, uma avaliação da qualidade das ações de controle de infecção hospitalar e verificar a atuação da Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH).
-
18. De acordo com a legislação,
- (A) a educação permanente dos trabalhadores da saúde pode ser preocupação da direção dos serviços de saúde, mas ainda não está prevista na legislação do Sistema Único de Saúde.
 - (B) o Sistema Único de Saúde considera importante e prevê a atividade de educação permanente para o desenvolvimento dos trabalhadores da saúde.
 - (C) o Sistema Único de Saúde prevê educação em saúde para seus usuários apenas para controle do tabagismo e controle do uso abusivo de bebida alcoólica, mas não para hábitos saudáveis de alimentação.
 - (D) o Sistema Único de Saúde não pode promover articulação com órgãos educacionais, mas apoia os trabalhadores da saúde que se interessarem no seu desenvolvimento profissional.
 - (E) o desenvolvimento de rede de escolas do governo, vinculadas ao Ministério da Saúde e às Secretarias Estaduais e às Municipais de Saúde, não poderá ser feito por ordem da área de Educação.
-
19. De acordo com a Constituição Federal brasileira, é correto afirmar que
- (A) a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantidas mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços.
 - (B) a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantidos mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução, mas não a prevenção da doença, e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços.
 - (C) as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada que não tem como uma de suas diretrizes a participação da comunidade.
 - (D) a União, os Estados e os municípios aplicarão verba em serviços públicos de saúde, tanto quanto possível, sem haver um recurso mínimo previsto.
 - (E) os hospitais, as clínicas e os laboratórios e outras instituições privadas não poderão participar de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS).

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

20. A Perda de valor recuperável apurada sobre unidade geradora de caixa deve ser evidenciada na Demonstração de Valor Adicionado no grupo
- (A) receitas, reduzindo o valor do item de construção de ativos próprios.
 - (B) insumos adquiridos de terceiros, no item perda/recuperação de valores ativos.
 - (C) depreciação, amortização e exaustão, como perda de valor recuperável de ativos.
 - (D) distribuição de valor adicionado, transferência de riqueza.
 - (E) remuneração do capital de terceiros, recebidos em transferência.
-
21. A empresa Saúde S.A. presta serviços de análise laboratorial. Negociou com o cliente "B" a prestação de serviços durante um ano, ao preço de R\$ 1.000.000,00, para 100.000 análises. O custo de seus serviços na data da elaboração da proposta era de R\$ 7,50 por análise. Devido ao ganho de escala obtido pela empresa, seu preço praticado nos novos contratos, está sendo estabelecido considerando o valor de R\$ 8,00 por análise. Fundamentado nas normas contábeis pertinentes a custo dos serviços prestados e de valor recuperável de ativos, deve a empresa
- (A) reduzir ao valor realizável líquido, para refletir o valor da perda do fluxo de caixa esperado do ativo.
 - (B) aumentar o custo proporcionalmente à variação dos preços constantes do contrato e os novos preços praticados.
 - (C) reconhecer a diferença do preço de venda pactuado e do preço de venda atual realizado, como perda no resultado.
 - (D) modificar o custo apropriado lançando como custo, o preço referência de mercado deduzidos dos impostos e a margem de lucro.
 - (E) manter os custos registrados, uma vez que a diminuição do preço de venda não supera o custo do serviço a ser prestado.
-
22. O hospital Salvação S.A. contratou apólice de seguros de Responsabilidade Civil para seus executivos, em 01 de julho de 2011, com vigência para um ano. Considerando que o valor do seguro pago em seis parcelas, com a primeira a 30 dias foi de R\$ 36.000,00, em 31 de dezembro de 2011 o saldo da conta de
- (A) despesas antecipadas – seguros era de R\$ 6.000,00.
 - (B) bancos foi movimentada pelo valor de R\$ 24.000,00.
 - (C) custos dos serviços foi impactado pela importância de R\$ 9.000,00.
 - (D) contas a pagar – seguros era de R\$ 12.000,00.
 - (E) despesas de seguros era de R\$ 18.000,00.
-
23. A empresa Zetta S.A. realizou aplicação financeira em um CDB – Certificado de Depósito Bancário, no valor de R\$ 20.000,00. O departamento financeiro, com base no fluxo de caixa sabe que não precisará desses recursos até o vencimento da aplicação e informou a contabilidade sobre essa decisão. Dessa forma, deve a contabilidade, no ato da aplicação e durante a sua vigência, respectivamente, registrar o fato pelo valor
- (A) justo de mercado e de custo amortizado.
 - (B) em uso e justo pela curva do papel.
 - (C) de custo histórico e de custo amortizado.
 - (D) justo pela curva do papel e em uso.
 - (E) de custo amortizado e justo pelo valor de mercado.



Atenção: Para responder às questões de números 24 e 25, considere as informações abaixo.

Ao efetuar os procedimentos para encerramento do exercício de 2010, o analista contábil da Cia. Gama, verificou que o saldo do extrato bancário, enviado pelo Banco XYZ S.A. correspondente a 31.12.2010, era de R\$ 136.700,00. Esse valor era superior ao saldo registrado na contabilidade da empresa na mesma data, em R\$ 39.450,00. Além dessa diferença, ao efetuar a conciliação bancária identificou ainda as divergências, a seguir:

| Divergências Identificadas | Valores em R\$ |
|--|----------------|
| Cheques de nº 100190 a nº 100194 emitidos pela empresa para quitação de diversos fornecedores, não apresentados para resgate. (compensação) | 31.750 |
| Aviso de cobrança simples de clientes efetuado pelo Banco e não constante dos registros da empresa. | 27.600 |
| Comissão cobrada sobre a operação anterior não registrada. | 400 |
| Juros cobrados antecipadamente sobre operação de desconto de duplicatas realizada em 31.12.2010, não reconhecidos pela empresa na ocasião do registro dessa operação. O vencimento dos títulos está previsto para 60 dias. | 1.800 |
| Depósitos, efetuados pela empresa, não constantes do extrato bancário. | 6.500 |
| Devolução pelo Banco em 20.12.2010, de cheque de cliente depositado em nossa conta por insuficiência de fundos. | 3.500 |
| Título de terceiros erroneamente debitado em nossa conta pelo banco. | 7.700 |

24. Considerando os dados fornecidos, o saldo bancário contábil conciliado é, em R\$, igual a

- (A) 119.150,00.
- (B) 122.650,00.
- (C) 111.450,00.
- (D) 91.550,00.
- (E) 97.250,00.

25. Ao efetuar os registros de conciliação bancária, a Cia Gama deve

- (A) registrar um débito em conta de despesa de comissão bancária.
- (B) reconhecer um crédito em perdas com clientes – cheques sem fundos.
- (C) fazer um lançamento de crédito na conta de Juros a Vencer.
- (D) estornar o valor dos cheques não apresentados ao Banco.
- (E) creditar os títulos de terceiros erroneamente lançados pelo Banco.

26. De acordo com a legislação societária a Reserva Legal

- (A) é calculada logo após a constituição das Reservas Estatutárias e de Contingências.
- (B) não pode ter seu saldo acumulado excedendo a 20% do capital social realizado.
- (C) pode ser constituída até quando o seu saldo acumulado corresponder a 60% das Reservas de Capital.
- (D) deve ser revertida para Lucros Acumulados, quando o seu saldo não for utilizado para absorver prejuízos.
- (E) deve ser constituída e utilizada nos limites determinados pelo estatuto social.

27. O registro da aquisição de estoques de mercadorias no valor de R\$ 50.000,00, sendo 60% vencíveis no prazo de 90 dias e 40% à vista, compreende um lançamento contábil que

- (A) altera para mais o patrimônio líquido.
- (B) diminui os ativos circulante e não circulante.
- (C) apenas permuta valores entre ativos circulante e não circulante.
- (D) aumenta o ativo circulante e o passivo circulante.
- (E) modifica o patrimônio líquido e diminui o ativo circulante.



28. Com relação à classificação dos elementos patrimoniais, no exercício de 2012, os ativos que tiverem a expectativa de realização até o término do exercício seguinte, de acordo com as normas brasileiras de contabilidade aplicada ao setor público, devem ser classificados como
- (A) circulante.
 - (B) não circulante.
 - (C) disponível.
 - (D) realizável de curto prazo.
 - (E) exigível de longo prazo.

Atenção: Para responder às questões de números 29 a 32, considere as informações abaixo.

No mês setembro de 2012, o município de Bom Tempo do Sul arrecadou o valor de R\$ 760 referente as seguintes receitas orçamentárias:

| Receitas Arrecadadas | Valor em R\$ |
|---|---------------------|
| Taxas de Serviço | 90 |
| Contribuição de Melhoria | 60 |
| Remuneração de Depósitos Bancários | 50 |
| Cota parte do Fundo de Participação dos Municípios | 90 |
| Contribuição de Iluminação Pública | 30 |
| Alienação de Bens Imóveis | 100 |
| Imposto Sobre Serviços – ISS | 80 |
| Repasse do Governo Federal de valor destinado à construção de um hospital público municipal | 150 |
| Aluguel de imóvel de propriedade do Município | 70 |
| Concessões e permissões – serviços de transportes | 40 |

29. O total da receita tributária é, em R\$, igual a
- (A) 170.
 - (B) 300.
 - (C) 230.
 - (D) 150.
 - (E) 240.
30. A arrecadação da receita de capital é, em R\$, igual a
- (A) 140.
 - (B) 290.
 - (C) 190.
 - (D) 320.
 - (E) 250.
31. O montante da receita Patrimonial é, em R\$, igual a:
- (A) 110.
 - (B) 160.
 - (C) 70.
 - (D) 120.
 - (E) 250.



32. A soma das receitas correntes é, em R\$, igual a
- (A) 620.
 - (B) 470.
 - (C) 570.
 - (D) 510.
 - (E) 440.
-
33. A Secretaria Municipal da Saúde do Município de Neblina do Norte adquiriu um imóvel, já em utilização pela Secretaria, no valor de R\$ 400.000,00 que será pago em 40 parcelas iguais. Sob o aspecto orçamentário, refere-se a classificação no grupo de natureza da despesa:
- (A) Inversões financeiras.
 - (B) Imobilizado.
 - (C) Permanente.
 - (D) Dívida fundada.
 - (E) Investimentos.

Atenção: Para responder às questões de números 34 e 35, considere a Lei Complementar nº 101/2000 – LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal).

34. Na esfera municipal, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida em
- (A) 49% para o Executivo e 3% para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado.
 - (B) 50% para o Executivo e 4% para a Administração Indireta.
 - (C) 65% incluindo o Executivo e a Câmara Municipal.
 - (D) 54% para o Executivo e 6% para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver.
 - (E) 60% somente para o Executivo.
-
35. Ao final de cada quadrimestre, será emitido, pelos titulares dos Poderes e órgãos, o Relatório de Gestão Fiscal, que, entre outros, conterà
- (A) receitas por fonte, informando as realizadas e a realizar, bem como a previsão atualizada.
 - (B) comparativo com os limites de que trata esta Lei Complementar, dos montantes das operações de crédito, inclusive por antecipação de receita.
 - (C) despesas, por função e subfunção.
 - (D) restos a Pagar, detalhando, por Poder e Órgão.
 - (E) demonstrativo, no último quadrimestre, da variação patrimonial, evidenciando a alienação de ativos e a aplicação dos recursos dela decorrentes.
-
36. O procedimento licitatório, instaurado pela Administração Pública previamente à celebração de contratos de obras, serviços e compras, objetiva a seleção da proposta mais vantajosa e a isonomia entre os licitantes. Em vista desse binômio, considere que:
- I. É vedado o estabelecimento de condições que frustem o caráter competitivo da licitação, inclusive distinções em função da sede ou domicílio do licitante.
 - II. Se admite o sigilo do procedimento, sempre para evitar conluio entre os participantes.
 - III. É vedado o tratamento diferenciado entre empresas nacionais ou estrangeiras, incluindo preferência, em situação de empate, por produtos produzidos no País.

Está correto o que consta em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) III, apenas.



37. De acordo com a legislação que rege a matéria, o recebimento do objeto do contrato administrativo de obras deve ser feito
- (A) provisoriamente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato e definitivamente por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado.
 - (B) pela autoridade licitante, após parecer técnico do responsável pelo acompanhamento do contrato e declaração de conformidade do contratado.
 - (C) provisoriamente, pela autoridade licitante e definitivamente pelo gestor do contrato, mediante termo de aceite circunstanciado.
 - (D) pelo gestor do contrato, mediante termos de aceite circunstanciado, podendo apor o seu aceite em caráter provisório quando a verificação de conformidade depender de manifestação técnica.
 - (E) provisoriamente, pelo gestor do contrato e definitivamente por comissão técnica, composta de representantes da Administração e do contratado.
-
38. A Administração Pública é dotada de poderes específicos, entre os quais se insere o poder disciplinar. Com base em tal poder, a Administração está autorizada a
- (A) regular a prestação de serviços públicos e atividades de interesse público.
 - (B) impor restrições à atuação de particulares, em prol do interesse público.
 - (C) apurar infrações e aplicar sanções a servidores públicos.
 - (D) estabelecer normas e procedimentos para organização administrativa.
 - (E) regulamentar o exercício de atividade econômica, no que diz respeito à segurança, ordem pública e saúde.
-
39. A respeito dos atos administrativos, está INCORRETO afirmar que:
- (A) quando discricionários, comportam avaliação de conveniência e oportunidade para sua edição.
 - (B) gozam de presunção de legitimidade, o que significa que, até prova em contrário, entende-se que foram emitidos com observância da lei.
 - (C) não podem ser anulados ou revogados, em face da presunção de veracidade, salvo por decisão judicial.
 - (D) podem ser anulados pela própria Administração, assegurada a apreciação pelo Poder Judiciário.
 - (E) podem ser anulados pelo Poder Judiciário, por vício de ilegalidade.
-
40. Sobre as denominadas redes organizacionais, é correto afirmar que correspondem
- (A) ao sistema de definição de metas, indicadores de desempenho e mensuração de resultados.
 - (B) às ações individuais ligadas a perspectivas de curto prazo, com vistas ao alcance de resultados imediatos.
 - (C) à divisão de atribuições e competências, com base em estrutura hierárquica.
 - (D) a uma teia de relacionamentos, elos e conexões construídos e utilizados para o benefício das pessoas e membros da organização.
 - (E) aos mecanismos de controle destinados a pessoas que operam em diferentes unidades de trabalho.



NÃO ESCREVA NESTA PÁGINA



QUESTÃO 3

A Secretaria de Saúde do estado de Minas Gerais realizou licitação para construção de unidade hospitalar, com 500 leitos. No curso da execução do contrato firmado com a empresa vencedora da licitação, a Secretaria viu-se obrigada, em função de contingenciamento orçamentário, a reduzir o objeto do contrato a apenas 200 leitos, importando a redução de 50% do valor inicial do contrato. O edital e o contrato não previam a possibilidade de subcontratação de parcelas da obra, porém, mesmo assim, a contratada “terceirizou” parte do objeto contratual e, alegando compromissos já assumidos com a empresa subcontratada, recusou-se a aceitar a redução dos quantitativos inicialmente contratados. Considerando a situação exposta, responda, justificadamente, às indagações abaixo, apresentando a correspondente fundamentação com base na legislação que rege a matéria.

a. A Secretaria pode reduzir, compulsoriamente, as quantidades inicialmente contratadas no montante apontado?

| |
|--|
| |
| |
| |
| |
| |

Redação Definitiva

| |
|--|
| |
| |
| |
| |
| |

b. A empresa contratada pode rescindir o contrato por sua iniciativa, na hipótese de não concordar com a redução?

| |
|--|
| |
| |
| |
| |
| |

Redação Definitiva

| |
|--|
| |
| |
| |
| |
| |

c. Quais as consequências da subcontratação efetuada pela contratada?

| |
|--|
| |
| |
| |
| |
| |

Redação Definitiva

| |
|--|
| |
| |
| |
| |
| |

| |
|------|
| NOTA |
| |



NÃO ESCREVA NESTA PÁGINA